

Jovens Agricultores

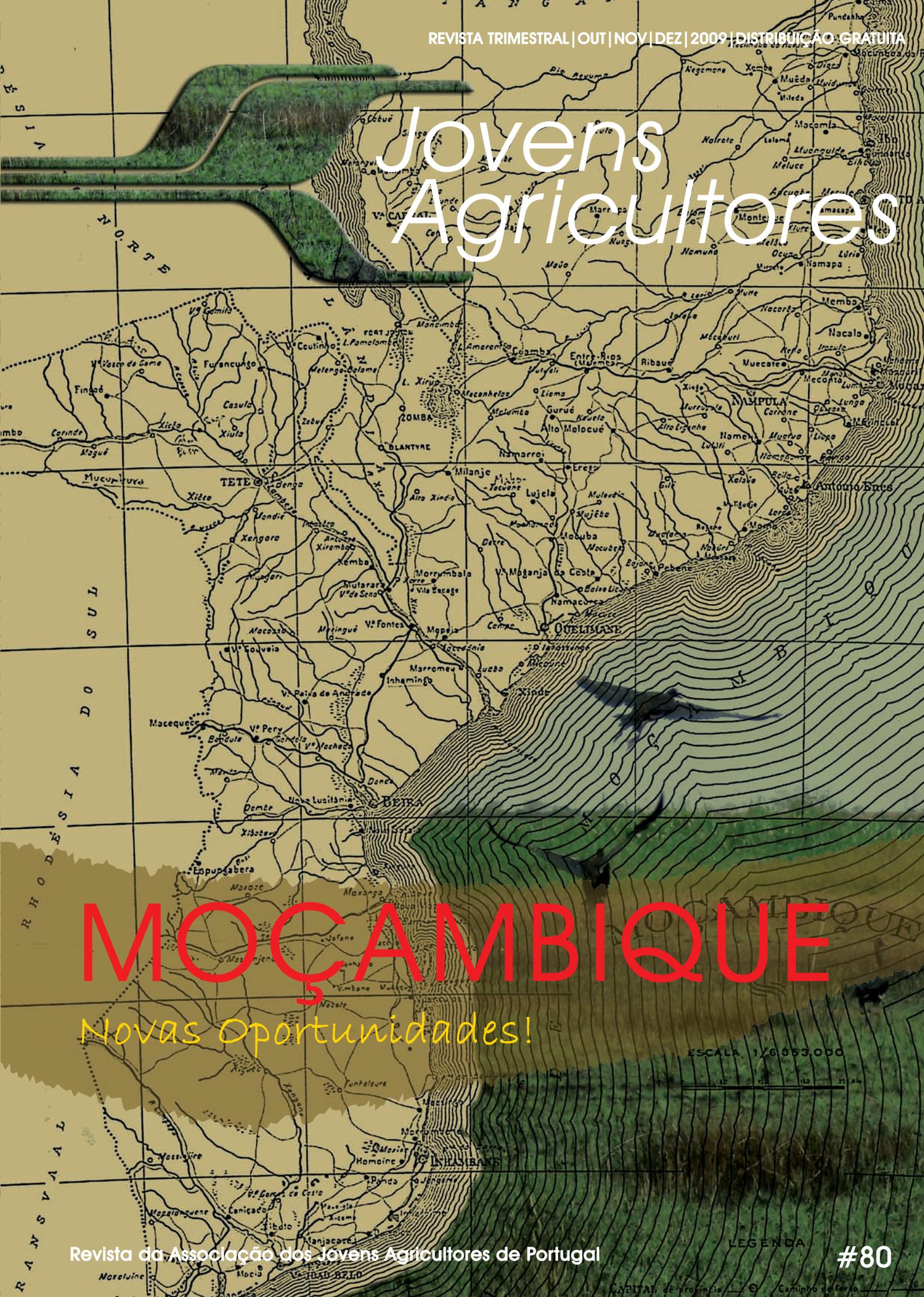
MOÇAMBIQUE

Novas Oportunidades!

ESCALA 1:6353.000



LEGENDA



4 DOSSIER

Agricultura em Moçambique Hoje

Moçambique: Oportunidades de Investimento e Cooperação no Sector Agrícola

Novas Janelas de Oportunidades para o Sector Agrário e as Zonas Rurais em Moçambique

Grupo Moçfer em Moçambique

TechnoServe Inc. - Moçambique

16 AGRO-FUTUROLOGIA - A TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA AGRICULTURA EM 2020

Rega

18 SER JOVEM AGRICULTOR

Em Moçambique

20 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Design de Produtos Agrícolas: o Futuro dos "Modos de Produção"

22 ASSOCIATIVISMO

AGRINOV - Inovação e Tecnologia na Formação Agrícola

Comunicação de Transferências de Direitos RPU

Declaração das Existências de Ovinos e Caprinos (DEOC)

24 PUBLICIDADE

25 AJAP NA EUROPA

Posição do CEJA Sobre Agricultura e Alterações Climáticas

26 LEGISLAÇÃO

27 PUBLICIDADE

28 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR

Ficha Técnica

OUT | NOV | DEZ | 2009 Nº 80

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP - Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º
1269-128 Lisboa
Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Departamento de Comunicação

Redacção
Departamento Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Departamento Comercial
Olga Sereno

Paginação
AJAP | Miguel Inácio

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
nº 78606/94

Registo de Título
nº 116714

Tiragem
10 000 Exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição
Gratuita





Vamos acreditar!

Uma das nossas principais preocupações reflectidas na nossa revista assenta na proximidade do dia-a-dia dos nossos agricultores.

Em consciência não posso deixar de referir a solidariedade da AJAP para com todos os colegas vítimas das fortes chuvadas e ventos verificados na região Oeste.

As intempéries são fenómenos terríveis para os Homens do campo. Em pouco mais de algumas horas perdemos tudo, com a agravante que a sua recuperação acaba por ser mais ou menos longa.

Permitam-me este desabafo, os agricultores portugueses precisam de ter à disposição um sistema de seguros compatível com a realidade económica da actividade agrícola, por forma a que todos possam aderir mais facilmente, devendo o Estado e o Ministério da Agricultura assumir as suas responsabilidades.

Será 2010 o ano de viragem que necessitamos?

As palavras de conforto do actual Ministro da Agricultura, proferidas desde a tomada de posse, têm de passar aos actos.

O estado de graça está a expirar, a agricultura para além dos discursos e palavras de apreço precisa urgentemente de acção.

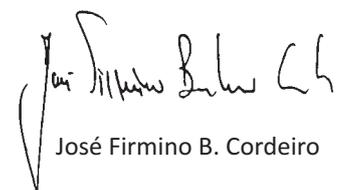
A agricultura portuguesa asfixia e morre, se:

- Os dinheiros dos projectos aprovados não chegarem;
- Os projectos que aguardam decisão não se resolverem rapidamente;
- Não existir um processo ambicioso de apoio e acompanhamento dos actuais e futuros Jovens Agricultores em Portugal;
- Portugal não alargar o seu âmbito e poder de intervenção além fronteiras, nomeadamente nos PALOP, numa lógica de investimentos-piloto, de formação e parcerias entre Agricultores.

Da nossa parte, organizações de agricultores, já pouco nos resta fazer e, praticamente sem meios, apenas a boa vontade não chega perante tanta descrença.

Somos cada vez mais impotentes face às exigências dos nossos dias.

Já só nos resta acreditar e esperar um 2010 de efectiva viragem.



José Firmino B. Cordeiro

AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE HOJE



Miguel Mkaima
Embaixador de Moçambique
em Portugal

A existência de uma agricultura tradicional que era essencialmente familiar, por um lado, e de alguns núcleos da agricultura comercial, desenvolvida por alguns agricultores de origem europeia, por outro lado, caracterizava a actividade agrícola em Moçambique na altura da proclamação da independência do país. Vários agricultores que ocupavam áreas significativas de cultivo e detinham uma maior expressão na produção alimentar abandonaram Moçambique, por razões de mudanças ocorridas com a proclamação da independência, situação que contribuiu para a rápida queda da agricultura comercial. Assim, caíram os moldes da agricultura comercial assentes em paradigmas coloniais, que não eram recomendáveis para um Moçambique que acabava de conquistar a sua independência.

No sector agrícola os objectivos de Moçambique nos primeiros anos da independência visavam o combate da fome e a promoção de uma vida sã para os moçambicanos. Quer dizer, a agricultura constituía a base material para a erradicação da pobreza, num processo

de construção de um país que acabava de nascer. Assim, no âmbito das políticas sectoriais a agricultura figurou nas primeiras prioridades da acção governativa, tendo-se beneficiado de inúmeros planos e projectos diversificados de desenvolvimento, em todo o país. Apenas para elucidar, alguns exemplos:

- Criação de empresas estatais de produção agro-pecuária, tais como CAIA, CAIL, CAPEL, Avícola E.E, Gado de Corte e Leite, IFLOMA, Mecanagro
- Criação de empresas estatais especializadas para a comercialização agrícola: Agricom, Gapecom, Hortofrutícola, etc. Programa de Apoio das Cooperativas de Produção Agrícola
- Pesquisa e produção de semente melhorada
- Envio de estudantes moçambicanos ao estrangeiro para cursos de especialização na área agrícola
- Reforma dos currícula do ensino técnico-agrário, tornando-o mais orientado para as necessidades produtivas
- Realização de investimentos públicos na área agrária e similar
- Criação de estruturas governamentais a vários níveis para coordenar projectos e acções da área.

Destas acções existem muitos resultados obtidos que nos orgulham, mas também muitas lições aprendidas. No início da década 80, mercê da experiência que se ia acumulando gradualmente, muitos quadros moçambicanos adquiriram conhecimentos no uso de tecnologias de produção intensiva; o uso de insumos e equipamento agro-pecuário

começava a dar bons resultados no aumento da produção.

Tendo em conta as experiências e lições do passado, o governo de Moçambique projectou acções concretas de suporte ao sector agrário, apostando no potencial existente, de modo a transformá-lo em fonte de riqueza, com vista à



melhoria do bem-estar da população e do desenvolvimento socioeconómico do país. É de recordar que o Programa Quinquenal do Governo para o período 2005-2009 recomenda as populações para o aumento das áreas de cultivo e da produtividade dos produtos básicos alimentares. Este programa encoraja, igualmente, a introdução de culturas de rendimento, de modo a garantir não só a segurança alimentar, mas também os excedentes para a exportação.

Várias decisões foram tomadas pelo Conselho de Ministros no sentido de assegurar a implementação do Programa Quinquenal, contando com o envolvimento de todas as instituições do Estado e da Sociedade Civil, a vários níveis. Nesta acção o Governo investiu na promoção do sector familiar, com o envolvimento de outros actores, no desenvolvimento do sector agrário, incluindo o associativo. Um papel importante neste contexto é desempenhado pelos parceiros internacionais que, com o seu apoio desinteressado, incluindo o da assistência técnica, contribuí para a diversificação das experiências agrárias no nosso país.

Para além dos Decretos do Conselho de Ministros que regulam procedimentos na actividade agrícola, Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, no exercício da Presidência Aberta e Inclusiva, tem sabido transmitir directrizes complementares para a implementação da Revolução Verde. Quer dizer, o conceito da Revolução Verde tem um enquadramento legal no panorama político e governamental de Moçambique. Este pressuposto legislativo associa-se ao factor natural positivo que concorre para um incremento de uma agricultura moderna. Por isso, o sector agrário moçambicano

tem potencialidades para um rápido crescimento, aproveitando as experiências positivas da Revolução Verde no mundo. Com efeito, levantamentos feitos pelo Governo revelam que o país dispõe de cerca de 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais 3,3 milhões irrigáveis, associados a um amplo potencial agro-pecuário para uma diver-



sidade de culturas e vastas áreas de pastagens actualmente sub-aproveitadas.

Para Moçambique, a Revolução Verde é um conjunto de medidas tendentes a buscar soluções para o incremento dos níveis de produção e produtividade agrárias, através do uso de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, tecnologias de produção adequadas à realidade local, mecanização agrícola, incluindo a tracção animal, construção e exploração de silos e represas para a irrigação e para o abeberamento de gado, entre outras acções. A agricultura é, neste contexto, um instrumento de combate à pobreza, através do qual pretendemos eliminar a carência alimentar em produtos básicos e erradicar a insegurança alimentar permanente ou temporária, no seio das comunidades. Através do desenvolvimento da agricultura criam-se condições para a geração do emprego devolvendo assim a dignidade humana dos moçambicanos. Por isso, as experiências de outros países que conheceram programas similares devem ser tomadas em consideração.

A agricultura é, neste contexto, um instrumento de combate à pobreza, através do qual pretendemos eliminar a carência alimentar em produtos básicos e erradicar a insegurança alimentar permanente ou temporária, no seio das comunidades.

A Revolução Verde não pretende reduzir o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Pelo contrário, ela constitui uma oportunidade para reforçar a capacidade.

MOÇAMBIQUE: OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO E COOPERAÇÃO NO SECTOR AGRÍCOLA



Dr. Basílio Horta
Presidente da AICEP

A economia de Moçambique, com uma taxa média de crescimento superior aos 7% ao longo dos dez últimos anos, tem revelado uma pujança pouco comum a nível do continente africano e mesmo em termos mundiais. De facto, e de acordo com os dados do Banco Africano de Desenvolvimento, em África apenas a Guiné Equatorial, Angola e Sudão têm apresentado taxas médias de crescimento superiores, durante o período considerado e, facto relevante, Moçambique é o único país africano não produtor de petróleo que vem registando taxas de crescimento desta ordem de grandeza.

Moçambique defronta-se contudo com alguns problemas estruturais, que não podem ser ignorados, e que resultam fundamentalmente dos desequilíbrios da sua economia, quer em termos sectoriais, quer no que toca à distribuição espacial do seu desenvolvimento. A excessiva concentração da sua indústria e da sua exportação no sector do alumínio e a elevada preponderância dos eixos de Maputo, Beira e Nacala na distribuição geográfica das actividades económicas do país traduzem debilida-

des que as autoridades de Moçambique estão apostadas em ultrapassar e que apelam ao contributo dos potenciais investidores, tanto nacionais como estrangeiros.

Os projectos de infraestruturas que Moçambique tem vindo a implementar, designadamente no que se refere às redes verticais de transportes e comunicações (estradas, pontes, vias férreas, etc.) e de energia, com vista a uma maior integração interna da sua economia, vão naturalmente potenciar um desenvolvimento mais equilibrado do país, relançando sectores produtivos que até

agora não dispunham das condições infraestruturais e de logística indispensáveis. As enormes potencialidades agrícolas de que Moçambique dispõe poderão assim ser devidamente aproveitadas, o que contribuirá de forma decisiva para a redução dos desequilíbrios existentes e para um crescimento mais rápido e sustentável da sua economia.

Portugal encontra-se bem colocado para ser um dos mais importantes parceiros de Moçambique neste esforço de desenvolvimento. Para além de uma língua e de uma história que nos unem, o nosso país conta já com uma experiência de relacionamento económico e de cooperação bilateral que, associada ao bom momento das relações institucionais entre os dois países a todos os níveis, constituem factores determinantes para o sucesso dos projectos de investimento portugueses em Moçambique.

No domínio da agricultura, os empresários portugueses têm condições para desenvolver os seus projectos, quer destinados à produção alimentar para o mercado interno, quer visando as culturas industriais dirigidas à exportação. Moçambique conta com quase 7 milhões de hectares de terra disponível com condições óptimas para a produção agrícola e florestal. E tendo em conta a contra-sazonalidade das suas produções relativamente aos principais mercados consumidores, as possibilidades de exportação são naturalmente evidentes.

Mas não é apenas ao nível da produção que o sector agrícola de Moçambique oferece oportunidades às empresas portuguesas. Também no domínio dos fornecimentos ou da produção local de equipamentos e outros factores de pro-



dução, bem como nas áreas da formação e assistência técnica, existe um vasto campo de potencialidades a explorar pelos nossos empresários.

O facto de a propriedade da terra ser do Estado, à semelhança aliás do que acontece na generalidade dos países africanos, pode constituir obviamente um elemento inibidor para os empresários que preten-

dam investir em Moçambique. Contudo, trata-se sobretudo mais de um factor de natureza psicológica do que propriamente de um obstáculo real ao investimento, já que o regime de concessão, que pode atingir os 50 anos renováveis, constitui um elemento que confere a estabilidade necessária ao desenvolvimento e viabilidade dos projectos.

Portugal encontra-se bem colocado para ser um dos mais importantes parceiros de Moçambique neste esforço de desenvolvimento. Para além de uma língua e de uma história que nos unem, o nosso país conta já com uma experiência de relacionamento económico e de cooperação bilateral que, associada ao bom momento das relações institucionais entre os dois países a todos os níveis, constituem factores determinantes para o sucesso dos projectos de investimento portugueses em Moçambique.

Mais importantes que os derivados da propriedade da terra, serão certamente os constrangimentos com que os potenciais investidores ainda têm de se confrontar para a viabilização dos seus projectos e que decorrem da insuficiência de estruturas que se faz sentir em muitas zonas de Moçambique. Mas também neste domínio as dificuldades não serão insuperáveis, tendo em conta que as condições estão a ser criadas a um ritmo acelerado, mercê dos fortes investimentos em infraestruturas que as autoridades moçambicanas têm vindo a realizar e pretendem continuar a fazer no futuro em todo o país. Este será pois o momento adequado para os empresários portugueses analisarem

exaustivamente as potencialidades existentes, de forma a poderem aproveitar as oportunidades e os incentivos que Moçambique oferece no domínio dos investimentos no sector agrícola.

A AICEP estará ao lado destes investidores para os auxiliar a concretizar as suas iniciativas.



NOVAS JANELAS DE OPORTUNIDADES PARA O SECTOR AGRÁRIO E AS ZONAS RURAIS EM MOÇAMBIQUE



Salim Cripton Valá ¹

I. O PONTO DE PARTIDA

A problemática da agricultura é um dos assuntos que tem ocupado um lugar de destaque nas agendas económicas, sociais e políticas de Moçambique independente. É uma temática com tal peso e força que nenhum poder político a ignora, mesmo quando não a toma na sua verdadeira dimensão. No nosso país, a agricultura não pode ser considerada, de forma alguma, como uma actividade económica exclusiva, porque excede em muito o processo económico; é também um processo social, com múltiplas nuances simbólicas, é um processo de ocupação do território, é um processo cultural, e ainda um meio para que os indivíduos, famílias e comunidades que habitam um determinado território possam usufruir de um benefício. É por esse facto que a sua discussão invariavelmente gera controvérsias e desinteligências (Valá, 2003)².

O sector agrário em Moçambique tem um papel decisivo na erradicação da pobreza e da fome uma vez que constitui a principal fonte de rendimento para cerca de 80% da população moçambicana que vive nas zonas rurais, onde a incidência da pobreza é maior. Com mais de 3,3 milhões de unidades agrícolas familiares, o sector familiar é responsável por mais de 98% da produção agrária em Moçambique. O sector agrário contribui para o PIB com cerca de 27% (Valá, 2006)³.

Pelo que se pode depreender, a agricultura é aquela actividade que assegura a sobrevivência da maior parte dos moçambicanos, onde a mulher joga um papel determinante, sobretudo na produção alimentar. Com acima de 65% da população a viver no Campo, Moçambique tem inequivocamente o seu futuro de prosperidade, bem-estar e desenvolvimento humano na sua plenitude dependente da agricultura e das zonas rurais.

II. POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Como foi referido, cerca de dois terços da população moçambicana vive nas zonas rurais, onde a maior parte obtém o seu rendimento da agricultura⁴ de pequena escala e de baixa produtividade, que contribui entre 25 a 30% no PIB e proporciona cerca de 80% de emprego para a população economicamente activa (EDR, 2007)⁵.

Os principais documentos programáticos do Governo, com destaque para a Agenda 2025: Visão e Estratégias da

Nação, o Programa Quinquenal do Governo (2005-2009) e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA II (2006-2009) reconhecem que o desenvolvimento rural é o esteio fundamental do desenvolvimento social e económico global do país. A Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), aprovada em Setembro de 2007, estabelece as bases com vista à transformação das áreas rurais em espaços atractivos, economicamente competitivos, saudáveis e aprazíveis para o bem-estar dos milhões de moçambicanos que nelas habitam.

A evidência mostra que a despeito de se ter registado investimento considerável no sector da indústria e de serviços, foi o sector agrário que mais impacto teve na redução da incidência da pobreza na ordem de 16%, entre os anos 1996 e 2006, onde a taxa média de crescimento do produto agrário estava a 6% ao ano. Todas as indicações estatísticas e análises qualitativas demonstram que este sector tem potencial para atingir estágios elevados índices de crescimento, como os registados no início dos anos 70 do século XX.

No quadro das estratégias de desenvolvimento sócio-económico, o Estado está a levar a cabo uma séria de medidas articuladas tendentes a: (i) alargar o acesso à energia pela população de baixa renda, através de programas de electrificação rural; (ii) acelerar a implementação de iniciativas de finanças rurais, fortalecendo e diversificando os incentivos para a expansão dos serviços financeiros para as áreas rurais, por

¹ Investigador da Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR) do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Desde 2005 que é o Director da DNPDR

² VALÁ, Salim Cripton (2003), *A Problemática da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwè (1954-1995)*.- Maputo: Promédia

³ VALÁ, Salim Cripton (2006), *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de interesses entre o Estado e os Agricultores?*.- Maputo: IPAD.

⁴ E de outras actividades económicas rurais vinculadas à agricultura.

⁵ MPD (2007), *Estratégia de Desenvolvimento Rural*.- Maputo: Conselho de Ministros.

forma a abranger mais a agricultura e os pobres economicamente activos; (iii) implementar programas compreensivos de investimento em tecnologias de produção mais rentáveis e uma aposta prioritária na irrigação de pequena escala; (iv) prosseguir com as medidas arrojadas de promoção de ligações de mercado e promoção da agro-industrialização, por forma a agregar mais valor aos produtos de natureza agrícola; (v) incrementar o processo de implantação de infraestruturas económicas e sociais que atraem investimentos para o Campo, com destaque para as de produção, comercialização e processamento, atendendo a abordagem ao nível da cadeia de valor; (vi) executar ambiciosos programas de capacitação e treinamento de produtores nas zonas rurais, com o uso da rede de extensão rural, iniciativas de alfabetização funcional de adultos, uso dos meios de comunicação rural disponíveis e dos Conselhos Consultivos Locais; (vii) promover e apoiar o movimento associativo e cooperativo nas zonas rurais, e; (viii) reformar, potenciar e reorientar as instituições locais de apoio ao desenvolvimento de negócios, bem como intervir na melhoria do ambiente de negócios nos Distritos (Valá, 2009)⁶.

III. POTENCIALIDADES, OPORTUNIDADES E LIMITANTES

3.1. POTENCIALIDADES

A base natural de Moçambique é, grosso modo, constituída por: (i) 36 milhões de hectares agricultáveis, dos quais apenas 3,6 milhões de hectares correspondentes a 10% estão a ser presentemente explorados; (ii) 3,3 milhões de hectares são potencialmente irrigáveis,

mas apenas 0,13% estão efectivamente a ser usados na irrigação; (iii) 46,4 milhões de hectares de formações florestais, dos quais 20 milhões são florestas produtivas e 8,8 milhões de hectares constituem parques nacionais e áreas de reservas de fauna bravia; (iv) 22 milhões de metros cúbicos de madeira de pé, com potencial para sustentar uma exploração de cerca de 500.000 metros cúbicos de madeira por ano.

Moçambique possui uma linha costeira longa (mais de 2.800 km) e também uma diversidade de zonas agro-ecológicas. As zonas Centro e Norte constituem as zonas de maior potencial agrícola, enquanto a Sul tem maior potencial para a actividade pecuária.

Os produtos mais importantes do sector agrário são: milho, arroz, açúcar, feijão, amendoim, mapira, mandioca, meixoeira, algodão, cajú, madeira, copra, chá e citrinos. Nos últimos anos, temos assistido ao aumento da produção de “novas culturas” como soja, gergelim, girassol, jatropha, tabaco, paprika e flores. A fauna bravia em processo de recuperação é igualmente uma fonte importante de rendimento. A produção pecuária, em especial de bovinos, especialmente nas regiões Centro e Sul do País, constitui um potencial a desenvolver.

A EDR considera que a posição de Moçambique na economia mundial se conquistará com investimentos rurais que tenham em conta as vantagens competitivas do País e, dentro do País, as vantagens das regiões rurais onde se dirige o investimento.

Com base nestes pressupostos, a EDR arrola projectos âncora indicativos para as três regiões do País (Sul, Centro e Norte).

Zona Sul

A Região Sul do País é caracterizada por uma maior escassez de água, quando comparada com as Regiões Centro e Norte, o que por si só é uma maior desvantagem comparativa para um desenvolvimento regional liderado pela agricultura, a não ser através da intensificação agrícola com sistemas de regadio. Esta região tem potencial para projectos de: (i) processamento de arroz; (ii) processamento de hortícolas, fruta e carne; (iii) processamento de cajú, e; (iv) processamento de coco.

Zona Centro

A grande vantagem comparativa e competitiva da região central do País é dominada pela abundância de recursos hídricos, sobretudo os do Vale do Zambeze, com o Rio Zambeze a tomar a liderança. O centro do País alberga mais de 60% das espécies florestais de alto valor económico do País e maior concentração de áreas de conservação para fins turísticos. E finalmente, os solos e as chuvas são extremamente favoráveis à agricultura. Nesta região poderão ser desenvolvidos de forma privilegiada os seguintes projectos: (i) sistema agrícola integrado para o planalto de Angónia; (ii) desenvolvimento pecuário; (iii) produção intensiva de arroz; (iv) processamento de carne; (v) horticultura.

Zona Norte

Na região Norte há condições agro-climáticas para implementação dos seguintes projectos: (i) exploração e processamento integrado do cajú; (ii) expansão e processamento do sisal; (iii) algodão e indústria têxtil associada; (iv) fruticultura e produção de sumos; (v) indústria de tabaco; (vi) produção de oleaginosas e indústria de óleos.

⁶ VALÁ, Salim Cripton (2009), *Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um Desafio ao Nosso Alcance*. - Maputo: MPD & CFM

3.2. OPORTUNIDADES

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Moçambique tem uma política fiscal e de investimentos muito favorável, e a relação entre o Governo e a classe empresarial é muito positiva, e tem vindo a ser ampliada significativamente nos últimos 10 anos.

De acordo com o Relatório “Doing Business” de 2009, Moçambique é um dos maiores reformadores no que diz respeito à facilitação de negócios, com introdução entre outras, das seguintes medidas: (i) simplificação de procedimentos para se iniciar um negócio; (ii) simplificação do sistema de procedimentos de licenciamento das actividades económicas; (iii) simplificação de procedimentos para fazer uma importação e exportação; (iv) protecção dos investidores.

Foram criados pontos focais nos Ministérios para ligar-se com o sector privado, manifestando-se assim a vontade de diálogo entre o GoM e os agentes económicos, sobretudo porque se permitiu pavimentar mecanismos institucionais permanentes de diálogo, concertação e tomada de decisões que resultem num melhor ambiente de negócios para os investidores nacionais e estrangeiros.

MERCADOS PARA AGRO-NEGÓCIOS

O País continua a importar grande quantidade de produtos agro-alimentares, que pode produzir localmente (ex. cereais, hortícolas, fruta, carne, ovos, produtos processados). Para alguns produtos, existe produção que não é devidamente aproveitada devido à falta de infra-estruturas de comercialização e de processamento (ex. fruta, mandioca).

Moçambique pode e deve tirar partido da sua vizinhança com a África do Sul, a maior potência económica da África Austral. A título de exemplo, é possível explorar melhor a existência de “nichos de mercado promissores” para produtos como mel, amendoim, gengibre, derivados de mandioca, feijões e banana. O mercado sul-africano apresenta as

seguintes vantagens: (i) insere-se no quadro do protocolo comercial da SADC; (ii) vizinhança (custos de transporte reduzidos especialmente com relação ao mercado principal (Gauteng)); (iii) e política favorável de ambos os Governos para incrementar o comércio bilateral.

Poderão ser exploradas as seguintes oportunidades de mercados para os agro-negócios: (i) regionais: RSA (arroz, gengibre, feijão, amendoim, etc); (ii) nacionais (agro-indústria de produtos frescos para os maiores centros urbanos, para alimentar principalmente o turismo; (iii) internacionais: (a) Europa: (Noruega – soja sem organismos geneticamente melhorados); (b) Iniciativa EBA; (c) AGOA – Estados Unidos da América; (d) mercados “fair price” (GB, etc.)

Com o aumento da produção comercial agrária, mais oportunidades surgem de comercialização por grupos associativos e empreendedores individuais (ex: comercialização da castanha de caju e gergelim em Nampula; reabilitação de lojas rurais, reforço das agro-indústrias nos Distritos), e a criação de “cinturas verdes” e “pólos de desenvolvimento agro-industriais” nas margens dos principais rios moçambicanos, com destaque para o Rovuma, Lugenda, Messalo, Lúrio, Ligonha, Licungo, Lugela, Zambeze, Pungué, Búzi, Save, Limpopo, Incomáti e Maputo.

Estão disponíveis recursos financeiros e apoio técnico para o desenvolvimento da agricultura e dos negócios rurais concedido pelo Governo de Moçambique, em parceria com instituições como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a União Europeia, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), a USAID, o DFID, o Reino dos Países Baixos, a Cooperação Sueca, a Cooperação Dinamarquesa, entre outros parceiros de cooperação que apoiam Moçambique. Funcionam em Moçambique ONG’s e outras instituições que têm uma vocação rural e de apoio à agricultura como, por exemplo, a AMODER, ORAM, GAPI, FDC, UNAC, Technoserve, ADIPSA, AJAM, CTA, e que estão a dar uma contribuição axial para o incremento económico das áreas rurais.

3.3. LIMITANTES

Não obstante o potencial existente, verificam-se ainda os seguintes constrangimentos: (i) irregularidade na quantidade e qualidade dos produtos moçambicanos no mercado externo; (ii) problemas de gestão pós-colheita: manuseamento, embalagem e elevados custos de transacção; (iii) deficiente rede de informação sobre os mercados (ao nível nacional, regional e internacional); (iv) falta de experiência sobre o mercado externo e práticas de exportação.

Ao nível da agricultura e promoção do meio rural, foram dados muitos passos

desde 1995 e os resultados alcançados são encorajadores, mas existe o reconhecimento de que muito ainda há por fazer, principalmente nos seguintes domínios:

- sistema de assistência técnica, capacitação e extensão rural, para potenciar os produtores a adoptarem tecnologias apropriadas e práticas que incrementem a produção e a produtividade;
- tornar o sistema financeiro rural mais pujante, abrangente e integrado sob ponto de vista geográfico, sectorial, social e de género;
- reduzir os custos de transacção para fomentar os negócios nas zonas rurais e criar um ambiente convidativo que

permite atrair investimentos para os Distritos (nesta área, o papel das infra-estruturas é determinante);

- estimular mais profícuas ligações de mercado e uma aposta mais incisiva na agro-indústria rural;
- promover o movimento associativo e cooperativo de índole agrário nas zonas rurais, e intervir para que se melhore os mecanismos de gestão e se introduza uma dimensão lucrativa e de rentabilidade nas actividades desenvolvidas pelas associações e cooperativas, e;
- melhoria do planeamento e ordenamento do territorial e dos mecanismos de coordenação inter-sectorial⁷.

⁷ Não se pode confundir agricultura com meio rural, agricultura é uma área de actividade económica, um sector, enquanto que desenvolvimento rural é um território. Apesar de se reconhecer que a agricultura é determinante para o desenvolvimento rural, não podemos deixar de reconhecer que actividades económicas como turismo, pescas, agro-indústria, exploração mineral, comércio, estão a ter um grande contributo para a geração de renda para as famílias rurais. Aliás, os inquéritos aos agregados familiares mostram que as famílias que se dedicam às outras actividades económicas extra-agrárias, ou seja, as que mais diversificam as fontes de rendimento, são coincidentemente as menos pobres nos Distritos.

IV. PROGRAMAS DE APOIO AO SECTOR AGRÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Merecem destaque os seguintes programas:

Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD): Esta iniciativa, conhecida vulgarmente em Moçambique por “7 Milhões”, é levada a cabo pelo Governo desde 2006, tendo até ao momento alocado acima de 150 milhões de dólares para financiar Micro e Pequenas e Médias Empresas (PME’s) nos 128 Distritos de Moçambique, prioritariamente para a produção de alimentos, geração de empregos e de renda para as famílias rurais. O contributo dos Conselhos Consultivos Locais (CCL’s) está a ser determinante na priorização dos projectos a serem financiados e ao permitir que as comunidades participem activamente na tomada de decisões sobre a alocação de fundos públicos. Esta iniciativa tem estado a permitir que os pobres economicamente activos dos Distritos possam ter acesso a recursos financeiros para viabilizar as suas ideias de negócios, e o seu impacto na oxigenação da economia distrital é inquestionável.

PROAGRI II: Parceria entre Governo de Moçambique e vários parceiros, com o objectivo de desenvolver o sector agrário através de um mecanismo competitivo de alocação de fundos (demand-driven activities) que abre possibilidade de apoio a parcerias Público-Privadas para o desenho e implementação de programas concretos com impacto nas comunidades. Aliado a esse programa, o Governo está a implementar a Estratégia da Revolução Verde e o Plano de Acção para a Produção de Alimentos, comumente denominado por PAPA.

Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados para o Mercado: No quadro da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), é parceria entre o Governo e o Banco Mundial, com o objectivo de aumentar a renda dos pequenos produtores nos Distritos seleccionados da região do Vale do Zambeze. O aumento da renda está a ser obtido através do apoio directo aos produtores e suas instituições, da melhoria da qualidade de serviços (financeiros, assistência técnica e comercialização e agro-processamento) e fortalecimento da capacidade das instituições locais num contexto de ampla descentralização.

Programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMER): Esta iniciativa insere-se, também, no contexto da operacionalização da EDR, sendo parceria entre Governo de Moçambique e IFAD, com o objectivo de facilitar a integração de pequenos agricultores na agricultura comercial, estimular o aumento da produtividade e da renda por parte das famílias rurais das Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.

Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR): Com o financiamento do IFAD, este programa do Governo está a intervir na melhoria do acesso sustentável a serviços financeiros nas zonas rurais, incluindo o financiamento aos pobres economicamente activos, à agricultura e pescas (áreas frequentemente pouco abrangidas pelos bancos comerciais) e ao comércio rural. Este programa tem uma abrangência nacional e enquadra-se nos esforços de implementação da EDR.



V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou mostrar que em Moçambique, a agricultura é o motor da economia rural e já está a contribuir, de forma axial, para a recuperação da economia. Actualmente estamos numa fase de assegurar uma adequada articulação entre as actividades económicas rurais e esse trabalho está permitindo potenciar a agricultura.

O País tem inúmeras potencialidades e oportunidades, em particular nas áreas rurais. Existe muita terra e outros recursos naturais ainda dormentes. O esforço dos últimos 4-5 anos foi de calibrar os sistemas de educação e capacitação para permitir que se explore, na sua plenitude, o potencial ainda inexplorado. Estão a ser reformuladas as leis, políticas, estratégias e regulamentos para tornar o ambiente de negócios

mais convidativo e para que os empreendedores com ideias de negócios possam mais facilmente inserir-se no circuito produtivo.

Subsistem ainda alguns constrangimentos que travam e retardam o nosso desenvolvimento, mas eles estão a ser frontalmente “atacados” com iniciativas que visam empoderar os produtores e as suas organizações e assegurar que as famílias rurais tenham acesso a “instrumentos concretos” para elas próprias sacudirem o fardo da pobreza para longe de si. Importa clarificar que tem de ser o indivíduo, a família e a comunidade a levar a cabo a “guerra” para criar progresso, bem-estar e desenvolvimento humano na sua plenitude, e o que as instituições de apoio podem fazer é ajudar, facilitar e criar o marco de referência para o desenvolvimento sustentável.

A legislação moçambicana é favorável ao investimento externo, e Portugal tem uma vantagem comparativa em relação a muitos outros países em virtude da história e cultura comuns e a múltiplas e diversificadas “pontes” entre os dois países e povos. A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) está estrategicamente posicionada para cooperar com Moçambique no domínio da agricultura e promoção do meio rural. Antevemos para o futuro o reforço da parceria em prol do desenvolvimento da agricultura e do meio rural em Moçambique. Estamos juntos no esforço para explorar o potencial e as oportunidades de desenvolvimento latentes nos Distritos do país, e para reduzir ao mínimo o efeito nefasto dos constrangimentos que ainda criam alguns obstáculos para que todos os moçambicanos das zonas rurais tenham uma vida longa, digna e decente.

GRUPO MOÇFER EM MOÇAMBIQUE

Arnaldo Ribeiro
Vice-Chairman Grupo Moçfer

Qual é a missão do Grupo Moçfer em Moçambique?

A nossa missão é contribuir para o desenvolvimento económico e social de Moçambique através da criação de indústrias alimentares comercialmente sustentáveis, focadas no consumidor, que estimulam o crescimento da agricultura moçambicana. De forma a promover a produção, o consumo e a exportação de produtos nacionais, o Grupo Moçfer S.A., através das duas empresas que detém, aderiu ao Selo Made in Mozambique.

Qual a dimensão do Grupo Moçfer?

O Grupo é constituído por duas empresas. A Moçfer Indústrias Alimentares S.A. (Arroz e Sementes) e Companhia do Vandúzi S.A. (Produtos Frescos). O Grupo Moçfer actualmente emprega um total de 2200 pessoas. Em termos de investimento, o grupo já investiu em Moçambique, nas suas duas empresas, mais de 35 Milhões USD.

Qual a importância da Moçfer Indústrias Alimentares S.A. no Chókwè?

A Moçfer Indústrias Alimentares S.A. (MIA) está no Chókwè desde 2005, onde temos investido parte dos nossos esforços no relançamento da cultura do arroz no Regadio do Chókwè. Investimos na reabilitação e modernização de uma unidade de melhoramento de sementes, na criação de uma rede de enquadramento e de serviços de apoio aos agricultores e na reabilitação/modernização de uma antiga fábrica de descasque de arroz (ORLI). Através da MIA temos dado um importante



contributo para o aumento da produção de arroz nesta região, e durante a presente campanha 2009/2010, pretendemos chegar aos 4.100 ha dos quais 3.500 serão de arroz para descasque com base em parcerias com produtores associados. A restante área será para a produção de semente certificada de arroz. Investimos ainda em 500 ha de regadio com pivot central que são usados para a produção de sementes de milho, trigo, soja e outros feijões.

Em que consiste essa parceria com produtores associados?

O programa dos Produtores Associados consiste na contratação de produtores seleccionados através de critérios rigorosos que garantam uma produção de arroz de elevada qualidade. Os Produtores Associados da MIA beneficiam de inúmeros apoios entre os quais, insumos agrícolas, serviços agrícolas, crédito, fornecimento de sementes certificadas, fertilizantes, adubos, serviços de preparação de terra, colheita, transporte e secagem. Todo o ciclo de produção é acompanhado por uma equipa técnica especializada da

MIA. O produtor Associado tem a garantia que toda a produção será comprada pela MIA a um preço base permitindo-lhe um negócio economicamente viável. Através do Programa de Produtores Associados, a MIA estimula o crescimento da produção de arroz no Chókwè.

Qual é a capacidade de processamento de arroz da MIA?

A nossa linha de descasque tem capacidade para trabalhar 3 toneladas de arroz por hora o que significa que tem capacidade para processar 20.000 toneladas de arroz em casca por ano. Construímos 5 silos com uma capacidade individual de 2.000 t e esperamos erguer ainda este ano mais cinco com igual capacidade. Estamos também a instalar, neste momento, um secador com capacidade de processar 350 t por dia. Para garantir o controle de qualidade da matéria-prima e do produto final, estamos também em fase final de instalação de um moderno laboratório com capacidade para efectuar todas as análises necessárias.



A outra empresa do grupo é a Companhia do Vandúzi S.A. Que produtos Frescos produzem?

A Companhia do Vandúzi S.A. foi criada em 2004. Tem como objectivo explorar as potencialidades hortícolas da província de Manica. Actualmente, a Companhia do Vandúzi conta com uma área de produção de 410 ha na qual cultiva durante todo o ano Mini-milho (babycorn), piri-piri (Chillies), entre outros produtos frescos.

A nossa fábrica tem uma capacidade de embalagem de 70 t de vegetais perecíveis por semana.

A Companhia do Vandúzi S.A é detentora de algumas certificações tais como: GlobalGap, BRC e LEAF.

Quem consome estes produtos frescos da Companhia do Vandúzi?

Os produtos Vandúzi são consumidos para além fronteiras. O grupo através das suas exportações, dá visibilidade a Moçambique no estrangeiro. Actualmente, 98% da nossa produção destina-se à exportação para o Reino Unido e África do Sul. No presente ano, a Companhia do Vandúzi S.A. foi galardoada com o prémio IPEX, por ter sido a empresa que maior crescimento obteve em termos de exportações durante o ano 2007/2008. Já no ano anterior tinha recebido o prémio IPEX por ter sido a empresa exportadora mais inovadora. Estamos neste momento a dar os primeiros passos na comercialização dos nossos produtos, em Moçambique.

Qual é o destino do arroz processado na MIA?

Actualmente o nosso mercado é apenas o mercado moçambicano. Moçambique, apesar de ter excelentes condições para produção de arroz, é um país que ainda tem necessidade de importar arroz para dar resposta ao consumo interno. Perante este facto, também é nossa a obrigação de inverter esta situação.

A MIA Sementes é um projecto recente?

No ano passado, a MIA investiu na aquisição e reabilitação de uma fábrica de sementes, que é uma das áreas de grande expansão e inovação da empresa.

A aposta feita na investigação, faz com que a MIA seja actualmente a única empresa em Moçambique que está a executar um projecto de investigação e de produção de semente de arroz certificada, com capacidade para alargar a gama de sementes certificadas a outras culturas.

O nosso contributo fez com que o país voltasse a produzir semente certificada de arroz.



Qual é a política de responsabilidade social do Grupo Moçfer em Moçambique?

Para o Grupo Moçfer S.A., o conceito de responsabilidade social assenta na criação de valor e conseqüente lucro como forma de criação de riqueza na economia em que se insere, como também nas pessoas que directa ou indirectamente interagem com as empresas do Grupo. O nosso sucesso como empresa passa pela satisfação dos nossos clientes, dos nossos investidores, dos nossos parceiros institucionais, e do nosso activo mais precioso que são os nossos colaboradores.

Estamos a desenvolver projectos sociais no âmbito da melhoria de condições sociais dos nossos empregados, e a apostar em programas de sensibilização sobre a alimentação saudável e bem-estar. Hoje em dia, quem está na área alimentar, tem obrigação de informar o consumidor acerca dos cuidados alimentares que deve ter e recomendar algumas práticas para se ter uma vida saudável. Na protecção do meio ambiente, é nossa premissa gerir de forma sustentada e responsável os recursos naturais que são um activo de todos nós.

TECHNOSERVE INC. - MOÇAMBIQUE



Juma Juma
Director Adjunto da
TechnoServe

A TechnoServe é uma organização internacional, não-lucrativa, com sede nos Estados Unidos da América, em Washington, DC que se dedica ao desenvolvimento de negócios. Desde a sua criação em 1968 que com sucesso, através da promoção da empresa privada, tem providenciado assistência técnica às populações de baixa renda, nos países em desenvolvimento. A assistência consiste nomeadamente na identificação e fortalecimento de sectores industriais e negócios que sejam sustentáveis, no melhoramento de ambientes de negócios e na catalização do desenvolvimento competitivo do sector agro-industrial. A TechnoServe está presente em 19 países de África e América Latina. A TechnoServe tem vindo a prestar assistência técnica a Moçambique desde 1998 em áreas com grande potencial de desenvolvimento de modo a criar um sector comercial agrícola competitivo e sustentável que envolva um grande número de produtores de pequena escala assim como criar um grande número de empregos. Nos últimos cinco anos as empresas assistidas pela TechnoServe geraram um rendimento de mais de 76 milhões de dólares americanos, compraram matérias primas a mais de 154.000

pequenos produtores e criaram cerca de 6.200 empregos.

Alguns sub-sectores alvo da assistência da TechnoServe e resultados conseguidos.

Castanha e nozes

Castanha de cajú: De praticamente nenhuma fábrica operacional em 2001 a mais de 12 em 2009 nas zonas costeiras de Nampula e Zambézia. No momento a indústria oferece cerca de 5.000 empregos e rende anualmente acima de 15 milhões de dólares americanos.

Macadamia: A TechnoServe prestou a devida assistência na fase inicial de investimento neste subsector nas províncias de Niassa e Zambézia através das empresas Tenga e Miranda respectivamente. Foram já plantadas acima de 300 ha que empregam mais de 200 trabalhadores. Num futuro breve uma fábrica de processamento poderá ser implantada no Gurué – Zambézia.

Horticultura e fruta tropical

Vegetais: Em diversas fases de desenvolvimento do subsector e nomeadamente no Corredor da Beira a TechnoServe prestou assistência aos diferentes intervenientes, desde pequenos produtores a empresas de exportação. Existe na província de Manica uma empresa produtora e exportadora que na sua fase inicial contou com um forte suporte da TechnoServe.

Mangas: O primeiro grupo de produtores de manga foi criado em Manica com o objectivo de produzir com escala comercial para os mercados doméstico e exportação. Existem plantados cerca de 150 ha empregando mais de 50 trabalhadores permanentes. Porém a potencial ameaça de pragas poderá pôr em risco desenvolvimento comercial da cultura. Medidas de avaliação para potencial solução estão sendo implementadas em parceria com entidades do governo

Bananas: O mercado existente para a banana produzida comercialmente na zona norte de Moçambique poderá representar, num futuro breve, um movimento de exportação de cerca de 200 contentores por semana. Uma das empresas produtoras oferece actualmente cerca de 1.000 empregos directos que poderão chegar aos 3.000 num futuro breve e eventualmente crescer para cerca de 6.000.

Outras frutas tropicais: Com a necessária escala criada pela banana e manga, novas oportunidades poderão surgir para a produção e comercialização de outras frutas tropicais tais como o ananás. Existem indicações de que algumas poderão ser produzidas em propriedades de pequena a média escala, portanto com grande impacto potencial nos rendimentos de pequenos e médios produtores.

Frangos e grãos para rações

A revitalização da indústria avícola em Moçambique através dos esforços feitos pela TechnoServe que consistiram na promoção da produção local de frangos e soja para rações resultou (a) no aumento de 7 milhões em 2004 para cerca de 25 milhões em 2008 de frangos produzidos (a demanda doméstica é estimada em cerca de 35 milhões de frangos) e (b) num novo mercado doméstico para soja e milho locais na ordem dos 65 milhões de dólares americanos. A cultura da soja embora seja relativamente nova para a maioria dos produtores cresceu de cerca de 1.000 ton em 2005 para cerca de 8.000 ton em 2008. Um total de cerca de 9.000 pequenos produtores vendeu matérias primas (milho e soja) para as empresas avícolas que por sua vez oferecem cerca de 1.300 empregos.

Indústria Florestal

Após a assistência técnica inicial da TechnoServe à Malonda, para o desenvolvimento de uma indústria florestal

na Província do Niassa, um estudo da FAO estimou que plantações florestais para uso industrial em Moçambique poderiam representar um rendimento anual de cerca de 10 biliões de dólares americanos e dar emprego a cerca de 300.000 pessoas. A partir de uma plantação existente em 2004 de cerca de 1.500 ha, quatro novas iniciativas resultaram até 2008 no estabelecimento de cerca de 8.000 ha e em cerca de 3.000 postos de trabalho. Se o necessário suporte for providenciado Niassa poderá ter mais de 200.000 ha de plantações para uso industrial, mais de 9.000 empregos (directos e indirectos) e um rendimento bruto anual de mais de 100 milhões de dólares americanos. O desenvolvimento florestal poderá ser o factor chave para a criação e expansão de outras infra-estruturas de suporte tais como a linha de caminho de ferro que pela primeira vez poderá ser comercialmente viável.

Promoção de serviços de suporte

Sistemas de qualidade: Algumas empresas de processamento de castanha de caju e avicultura beneficiaram da assistência providenciada para introdução e gestão de sistemas de qualidade por exemplo HACCP.

Finanças (acesso e gestão): Devido à falta de instituições adequadas ao sector agro-industrial a TechnoServe tem vindo a servir de ponte entre diferentes potenciais parceiros assim como no desenvolvimento de iniciativas para a criação de novas instituições dedicadas ao crédito agro-industrial.

Desenvolvimento de políticas: A acção prática de terreno através da operação das empresas e um diálogo construtivo com o governo e doadores tem sido o veículo mais activo para a promoção de políticas mais favoráveis à competitividade e promoção empresarial. Alguns exemplos recentes são o salário mínimo para o sector agro-industrial, a regulamentação da importação de

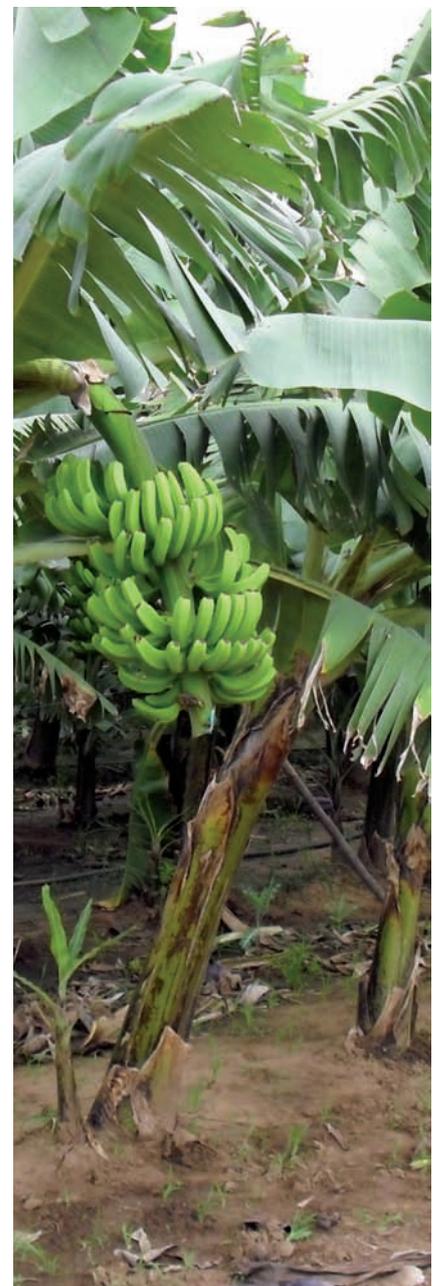
frango congelado, os estudos feitos e a estratégia resultante para as plantações florestais.

Parcerias: Em diferentes fases a TechnoServe tem estabelecido parcerias com outras agências tais como a ACDIVOCA e a CLUSA para que se atinjam maiores ganhos e de uma forma mais abrangente. Assim sendo outros produtores de diferente dimensão não só as empresas que recebem suporte directo da TechnoServe têm sido assistidos e os esforços de desenvolvimento têm tido um efeito multiplicado. Como exemplo são os agrosserviços de suporte. Um laboratório foi montado na UniLúrio em Nampula para realizar testes de Aflatoxin; está em operação uma estação de limpeza e selecção de gergelim em Nacololo e uma de descasque de amendoim em Nametil; foi desenvolvido um programa em parceria com SADC, IIAM e IKURU para combate à praga do gergelim; foi introduzido um programa de preparação de terra mecanizada com o objectivo de aumentar a produtividade; foram criadas algumas infra-estruturas de irrigação em algumas associações de produtores; a IKURU e a SIWAMA são estruturas dos produtores cuja função é oferecer serviços aos seus membros, nomeadamente à produção e comercialização.

Lições aprendidas

O desenvolvimento do sector agro-industrial em Moçambique deve ser visto de uma forma integrada e não de forma isolada. A nossa experiência ensina-nos que a produção agrícola e consequente processamento, dependendo de diferentes situações e componentes poderão ou não desempenhar um papel importante na criação de riqueza local e à escala nacional, poderão ser ou não os factores de desenvolvimento sustentável do país. Aspectos tais como locais de maior potencial, produtos de grande valor potencial, níveis de processamento requeridos

pelos mercados, infra-estruturas e serviços de suporte, políticas, regulamentos e atitudes, desenvolvimento de recursos humanos, acesso a finanças e custo são todos eles componentes que devem merecer a devida atenção. Porém quem faz, isto é, o produtor deve estar no centro das nossas atenções como alvo de toda a acção e fazedor da riqueza.



REGA

A revista “Jovens Agricultores” solicitou à INOVISA que produzisse uma série de artigos enquadrados no tema da “inovação”. Este é o quarto (e último) artigo desta série, que aborda a temática da evolução futura no sector da agricultura de regadio. Foi escrito em colaboração com a empresa EngiRecursos, uma empresa com sede na INOVISA.

Perspectivar o futuro da agricultura de regadio em Portugal na próxima década requer um exercício de antecipação da evolução previsível de um conjunto de factores que definem o “ambiente” em que esta actividade normalmente se desenvolve. A agricultura de regadio, entendida enquanto actividade económica baseada no cultivo e exploração de espécies vegetais com fins comerciais, é exercida num determinado quadro de factores políticos, económicos, sociais, ambientais e tecnológicos que determinam a sua viabilidade e definem a sua evolução.

Neste artigo procuramos tecer algumas considerações sobre alguns daqueles que poderão ser os principais factores que determinarão a evolução da agricultura de regadio na próxima década em Portugal.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Nos últimos anos têm-se verificado progressos significativos no que se refere ao aparecimento de novas tecnologias associadas à agricultura de regadio, não só ao nível da gestão da rega na parcela, mas também no que se refere à modernização das infra-estruturas primárias e secundárias dos regadios colectivos. Muitos destes avanços deverão continuar a fazer-se sentir nos próximos anos, sendo até de esperar a sua intensificação e diversificação.

Os principais progressos tecnológicos a que, com alguma probabilidade, poderemos assistir ao longo da próxima década, incluem: i) o surgimento de

novos métodos de aplicação da água na parcela, marcados por uma continuação da tendência de substituição dos métodos de aplicação generalizada, pelos métodos de rega localizada (micro-aspersão, gota-a-gota,...), permitindo menores consumos de água e energia e um maior controlo das dotações e períodos de rega; ii) novos sistemas de avaliação e acompanhamento do estado hídrico das culturas ao longo do ciclo de produção, com intensificação do recurso a tecnologias que permitam a sua monitorização à distância em tempo real, possibilitando uma gestão da rega ajustada às necessidades efectivas da cultura; iii) desenvolvimento de novas variedades culturais, com menores necessidades hídricas; iv) maiores preocupações no controlo dos custos energéticos da rega sob pressão, incentivando o recurso a fontes renováveis de energia; v) utilização de condicionadores do solo, por exemplo a ecoespuma, um substrato que proporciona poupança de água e favorece o crescimento das plantas; vi) maior difusão de técnicas de “agricultura de precisão” dirigidas à gestão da rega.

Ao nível das infra-estruturas primárias e secundárias de rega tem-se também assistido a uma rápida evolução do ponto de vista tecnológico. Nos regadios colectivos públicos já existentes, tem-se verificado um esforço de modernização das infra-estruturas de captação, armazenamento e distribuição da água mais antigas, no sentido de melhorar o controlo e a gestão e, principalmente, resolver o problema da elevada taxa de perdas no transporte e armazenamento de água. A progressiva substituição de muitos canais gravíticos de transporte de água por condutas enterradas e a introdução de sistemas de telegestão têm sido duas das principais alterações que têm caracterizado este esforço de modernização das infra-estruturas dos regadios colectivos, e que deverão prosseguir nos próximos anos, com o apoio financeiro de

programas como o ProDeR (pelo menos até 2013).

É também de esperar que nos próximos anos se venha a assistir a um aumento da importância dos sistemas de reaproveitamento de águas residuais para fins de rega agrícola, à semelhança do que já hoje se encontra nalgumas aplicações especiais, como seja a rega de jardins e de campos de golfe.

O aumento da eficiência de rega, a redução dos consumos e o cumprimento de normas de qualidade da água e de condicionantes ambientais estarão, seguramente, na primeira linha dos objectivos de modernização das infra-estruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas públicos nos próximos anos.

QUADRO ECONÓMICO E POLÍTICO

O futuro da agricultura de regadio não passa só pela evolução e modernização tecnológica dos sistemas e equipamentos de rega e das práticas culturais. Também a evolução do quadro político, económico e institucional nos próximos anos poderá influenciar, e de forma significativa, o futuro do regadio. Questões como o preço da água, as políticas de mercados, suporte de preços e apoio ao investimento agrícola, as políticas de ambiente, as políticas de gestão da água, a aplicação dos novos planos de gestão das regiões hidrográficas, etc. terão certamente uma palavra muito importante a dizer no futuro da agricultura de regadio em Portugal.

Por exemplo, a introdução da taxa de recursos hídricos decorrente da aplicação da Directiva Quadro da Água, cuja concretização tem vindo a processar-se e irá continuar nos próximos anos, poderá afectar a viabilidade de muitos sistemas de produção agrícola de regadio, em consequência da aplicação do objectivo de recuperação integral dos custos de utilização da água de rega, onde terão de ser incluídos os custos ambientais e



de recurso (ou escassez). De facto, os custos ambientais associados à utilização da água de rega poderão ser significativos, tendo em conta que geralmente implicam a alteração do regime natural de escoamento das linhas de água ou da rede hidrográfica afectada pelas infra-estruturas associadas à captação, armazenamento e transporte de água, para dar satisfação às necessidades hídricas dos usos agrícolas. Este tipo de questões, que muito poderão afectar a viabilidade da agricultura de regadio num futuro próximo, dado o reflexo directo sobre o preço da água, estarão certamente na “ordem do dia” da discussão tecnológica sobre o futuro da agricultura de regadio nos próximos anos.

REGADIO DE ALQUEVA

Falar do futuro da agricultura de regadio

em Portugal nos próximos anos não pode deixar de fora uma referência ao EFMA (Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva). Na próxima década espera-se a entrada em plena produção do regadio de Alqueva, que fará aumentar a área nacional de regadio em mais 110.000 ha, elevando a área total regada dos actuais cerca de 450.000 ha para cerca de 560.000 ha, o que representa um aumento de cerca de 25% da área actual de regadio em Portugal.

Equipar uma tão vasta área de regadio com novos sistemas de rega, nomeadamente ao nível das redes terciárias e equipamentos de rega, num período temporal relativamente curto, colocará desafios interessantes do ponto de vista das soluções tecnológicas que se vierem a revelar mais adequadas às condições locais e sistemas culturais a implemen-

tar, ao mesmo tempo que constituirá uma oportunidade para testar a introdução de novas tecnologias ligadas à rega.

Luís Mira da Silva
INOVISA
Instituto Superior de
Agronomia

Paulo Flores Ribeiro
e Carla Antunes
EngiRecursos
Universidade do Algarve

EM MOÇAMBIQUE

A Delegação da AJAP em Moçambique foi reconhecida por Despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros em Julho de 1998.

A AJAP integrada no esforço de dinamização do processo de cooperação entre Portugal e Moçambique viu no ano de 1999 aprovado, por Despacho Conjunto dos Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, o *Regulamento de Atribuição de Subsídios de Instalação a Jovens Agricultores Portugueses que Iniciem Actividade em Moçambique* (D.R., II Série, n.º 173, de 27/07/99).

A existência de uma Delegação permanente da AJAP permite apoiar os Jovens Agricultores portugueses já instalados em Moçambique, como também facilitar a instalação de novos Jovens Agricultores e incentivar a cooperação e parceria com agricultores moçambicanos.

ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que levam os Jovens Agricultores a enveredar pela actividade agrícola em Moçambique?

Os motivos que levam os Jovens Agricultores a quererem iniciar a sua actividade agrícola em Moçambique prendem-se com a facilidade de acesso à terra, pois Moçambique tem 36 milhões de hectares de terra arável. Neste momento, uma vez que o país importa quase todos os produtos alimentares, as perspectivas de mercado são bastante grandes já que tudo o que se produz é vendido.

2 – O acesso à terra em Moçambique rege-se pela Lei da Terra. Como se procede para ter direito a



um lote de terra?

Qualquer empresário agrícola que necessite de terra terá de realizar um primeiro contacto com a Direcção Distrital de Actividades Económicas (Ex-Direcção Distrital de Agricultura), onde se localizam os Serviços de Geografia e Cadastro que informam quais as terras livres no momento e quais as suas aptidões. Seguidamente reúnem-se as comunidades locais que terão de demonstrar o seu interesse pelo projecto, caso seja do interesse da comunidade o empresário poderá prosseguir, ou seja avançar para a parte burocrática que consiste na apresentação do projecto ao Centro de Promoção de Investimentos e Tramitação do Processo da Terra onde, após aprovação, irá ser emitido o Título Provisório do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, pelo prazo de 50 anos renováveis, podendo dar início à sua actividade.

3 – Quais as principais dificuldades que podem ser sentidas antes da instalação, aquando da instalação e posteriormente?

O Jovem Agricultor que pretenda instalar-se em Moçambique poderá encontrar algumas dificuldades no processo burocrático uma vez que a realidade é diferente, mesmo nos casos em que se conhece o país esta é uma dificuldade por vezes sentida. É nesta área que a AJAP pode dar o seu contributo, servindo de interlocutor entre o Jovem Agricultor e as autoridades locais.

4 – Moçambique é muitas vezes afectada por secas e cheias. Como se contornam estas adversidades?

Qualquer actividade agrícola deverá estar prevenida para este tipo adver-

sidade, ou seja, deverá estar instalada se possível junto de rios e/ou barragens que podem vir a disponibilizar um bem precioso para a agricultura que é a água para a rega.

5 – Quais as principais orientações produtivas das explorações existentes em Moçambique? É prática normal proceder-se a estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento dos produtos?

As orientações produtivas ficam ao critério do Jovem Agricultor. No caso de ser conhecedor da actividade poderá deslocar-se aos mercados grossistas existentes (exemplo: Zimpeto), onde os agricultores do sul vendem as suas produções e tem assim oportunidade de ver no terreno como se desenrola o escoamento, sem esquecer que poderá optar por um estudo de mercado mais completo, recorrendo a alguns dados estatísticos que existem nos serviços do Ministério da Agricultura.

6 – Os agricultores em Moçambique acompanham o desenvolvimento das

Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de proceder à sua introdução nas explorações?

Existe uma Política do governo em Moçambique “Revolução Verde”, que ainda está na fase inicial, no entanto acredito que num futuro próximo irá impulsionar a implementação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na agricultura em Moçambique.

7 – Tendo por base a sua experiência como Delegado da AJAP em Moçambique, quais os factores de sucesso nas instalações dos Jovens Agricultores?

Qualquer exploração agrícola que se inicie tem que ter um promotor dedicado de alma e coração, levando o mesmo a “beber” a cultura da região onde se insere, ou seja terá que se inserir na comunidade com um espírito aberto e com vista à entreatajuda.

Conheço casos concretos de projectos em Moçambique que apenas desta

forma alcançaram o êxito, já que é a própria comunidade local que irá ajudar para o sucesso, e que o mesmo irá ser parte integrante da comunidade, uma vez que o objectivo é criar riqueza para a região, como sendo dar a conhecer as novas tecnologias, novas culturas e criação de mão de obra.

8 – Que mais-valias se podem encontrar em Moçambique que não são encontradas em Portugal?

Resumo as mais-valias em duas: factor terra e mercado. A terra porque existe muita disponível e o mercado porque é grande e com espaço para muito mais.

António Alberto Carreira
Delegado da AJAP em
Moçambique



DESIGN DE PRODUTOS AGRÍCOLAS: O FUTURO DOS “MODOS DE PRODUÇÃO”

Os modos de produção como expressão da crise de identidade da Agricultura europeia

Nas últimas décadas a Agricultura dos países desenvolvidos, libertos do espectro da fome, entrou numa crise de identidade. As políticas agrícolas reconhecem à Agricultura um papel multifuncional onde a actividade económica produtiva é, geralmente, subalternizada. Entre as funções atribuídas à Agricultura contam-se: a ocupação do espaço rural e o ordenamento do território, a protecção do ambiente e a reciclagem de resíduos, a conservação do solo e da água, a promoção da biodiversidade e a gestão da paisagem, proporcionar oportunidades de turismo e lazer, assegurar o bem-estar dos animais domésticos, a defesa nacional e a soberania alimentar, a segurança (*safety*) alimentar e a segurança (*security*) alimentar bem como a promoção da saúde humana. Naturalmente, proporcionar um nível de rendimento aceitável aos agricultores mantendo os preços ao consumidor a níveis razoáveis é também um objectivo. Produzir alimentos ou matérias-primas de origem vegetal ou animal com eficiência (produtividade) e qualidade (adequação ao uso satisfazendo as necessidades do cliente) utilizando as tecnologias adequadas passou a ser um enunciado anacrónico para enquadrar a Agricultura europeia actual.

São hoje poucos os que vêem a Agricultura como uma actividade económica exercida no seio de organizações (explorações agrícolas, muitas de carácter empresarial) que converte recursos em produtos (bens e serviços). Naturalmente, os sistemas de cultura diferem de parcela para parcela e os sistemas de produção são específicos de cada exploração agrícola. Naturalmente, a

actividade tem de ser sustentável. Para além disso a Agricultura moderna tem de ser adjectivada para captar a atenção do poder político: Agricultura Sustentável, Agricultura Biológica, Protecção Integrada, Produção Integrada, Agricultura de Conservação, Agricultura Urbana, Permacultura. Quando não tem “modo de produção” regulamentado é adjectivada de “convencional”, qualificativo onde cabe tudo “o resto”.

A complexidade da questão não pode ser ignorada. A Agricultura, como todos os outros sectores da actividade económica, é complexa, multidimensional e susceptível de ser analisada sob diversos prismas - agronómico, económico, sociológico, ambiental, etc. – todos eles necessários para a correcta definição de políticas públicas.

A multiplicidade de missões atribuídas à Agricultura é um sintoma da crise de identidade de uma actividade que viu a sua missão primeira – produzir – ser subalternizada. Ainda é cedo para avaliar se os sustos provocados com o aumento dos preços dos bens agrícolas em 2007 e aparente recentrar da atenção política no papel da Agricultura de Produção alterarão a tendência recente. Mas não se pode ignorar que, ao nível da exploração agrícola, a unidade organizacional fundamental desta actividade, a multiplicidade de objectivos e a disparidade de missões, promovidas por estímulos diferentes, dificulta ou impossibilita a definição de uma estratégia.

O design como a actividade de concepção em engenharia

Os produtos agrícolas são mais fruto do trabalho do Homem do que fruto da Natureza. Beneficiam, portanto, das competências de Engenharia. Em

qualquer especialidade de Engenharia o design é o processo utilizado para, de uma forma sistemática, desenvolver novos produtos. O processo de design em engenharia inclui as etapas identificadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas geralmente consideradas no processo de design:

1. Identificação da necessidade
2. Definição do problema
3. Recolha de informação
4. Focalização da pesquisa
5. Definição de critérios
6. Procura de soluções alternativas
7. Análise das soluções possíveis
8. Tomada de decisão
9. Apresentação do produto
10. Comunicação e venda

Assim se procede em todas as áreas que beneficiam da racionalidade introduzida pela Engenharia, permitindo otimizar o processo produtivo. Os produtos agrícolas não deveriam ser excepção. O facto de os “modos de produção” estarem altamente regulamentados (inevitavelmente se associados a subsídios) reduz a importância do contributo da Engenharia Agronómica, colocando em crise este ramo da Engenharia. Mas ela fará falta para fazer o que os regulamentos, portarias e códigos de boas práticas não poderão, por si só, resolver: produzir alimentos e matérias-primas de qualidade, com uma eficiente utilização de recursos, maximizando os benefícios e minimizando os possíveis efeitos negativos no ambiente e na saúde dos trabalhadores. Isto consegue-se através de procedimentos de engenharia agronómica, apoiados em cálculo e sistemas de apoio à tomada de decisão.

Design fitotécnico e o papel da Agronomia

O conhecimento de diversas disciplinas científicas tem sido incorporado com sucesso pela Agronomia de forma a responder aos desafios colocados à produção agrícola. Em particular, conhece-se muito sobre a forma como os factores genéticos e os factores ambientais afectam a fisiologia das plantas agrícolas e, desta forma, determinam a produtividade do sistema de cultura e a qualidade dos produtos obtidos. No quadro 2 indicam-se, de forma resumida e ilustrando para as frutas e hortaliças, as área de actuação da engenharia fitotécnica para produzir de forma eficiente (produtividade e qualidade). A elaboração dos produtos agrícolas - quantidade e qualidade - resulta, em última análise, do metabolismo vegetal (cf quadro 3). Existe abundante informação empírica correlacionando os factores genéticos e ambientais com a produtividade e com diversos atributos de qualidade. O papel decisivo da engenharia fitotécnica é incorporar esta informação para fazer o design dos produtos agrícolas.

Sustentei há anos que o mito do “não é preciso saber produzir, o que importa é saber vender” tem consequências perversas na elaboração da qualidade, entendida na óptica do marketing (Almeida, 2003). O progresso no sentido do design da qualidade dos produtos agrícolas permitirá ultrapassar os slogans simplistas dos “modos de produção” e utilizar processos sistemáticos para obter produtos concebidos para satisfazer necessidades específicas. Se alguns modos de produção, como por exemplo, o Modo de Produção Biológico têm hoje um lugar no mapa mental do consumidor, a Agronomia deve ser capaz de fazer o design do produto agrícola para responder aos desafios do futuro.

Quadro 2 - Factores pré-colheita que contribuem para a elaboração da qualidade

(Adaptado de Beverly et al., 1993, Almeida, 2004)

Área de decisão	Considerações sobre o impacto das decisões na elaboração da qualidade
1. Acção sobre o genótipo	Desenvolvimento de novos genótipos (cultivares, clones, porta-enxertos) pelo melhoramento tendo em atenção atributos de qualidade; escolha do produtor entre os genótipos disponíveis. Afecta todos os atributos de qualidade.
2. Instalação da cultura	O método de instalação e a densidade determinam a intercepção de radiação e o microclima da vegetação. Preparação do terreno. Tratamentos às sementes. Produção de transplantos e transplantação. Uniformidade de calibre.
3. Gestão da energia	Resulta da fotossíntese, translocação de fotoassimilados e respiração. Luz, CO ₂ e temperatura. Relações fonte-receptor. Afectado por densidade, poda e forma de condução, monda de frutos, orientação linhas, reguladores de crescimento. Afecta o tamanho, cor, textura, composição (sabor).
4. Gestão da água	Através das técnicas de mobilização do solo, rega, drenagem, cobertura do solo. Afecta o tamanho, cor, composição (sabor), vida pós-colheita.
5. Gestão dos nutrientes	Através das técnicas de fertilização, rega, cobertura do solo. Afecta o desenvolvimento de acidentes fisiológicos, tamanho, cor, composição (sabor), vida pós-colheita.
6. Gestão das pragas e doenças	Defeitos existentes na data de colheita, desenvolvimento de doenças pós-colheita. Afecta a vida pós-colheita.
7. Gestão da colheita	Determinação da data de colheita, estado de maturação óptima na data de colheita, método de colheita. Afecta o tamanho, a composição (sabor), capacidade de amadurecimento, textura, susceptibilidade a danos mecânicos, vida pós-colheita.

Quadro 3 - Processos fisiológicos subjacentes a alguns atributos qualitativos das frutas e hortaliças

(Almeida, 2004)

Processos fisiológicos	Atributos
Síntese e acção do etileno	Regulação do amadurecimento em frutos climactéricos, senescência, cor, textura, sabor, odor, acidentes fisiológicos, vida pós-colheita
Metabolismo das paredes celulares	Textura, susceptibilidade a doenças pós-colheita, vida pós-colheita
Metabolismo dos lípidos e membranas	Aroma, danos causados pelo frio, acidentes fisiológicos, vida pós-colheita
Fotossíntese, respiração, metabolismo dos hidratos de carbono e dos ácidos orgânicos	Tamanho, sabor (doce, ácido), odor
Relações hídricas	Tamanho, teor em água, sabor, vida pós-colheita
Metabolismo dos compostos fenólicos (acastanhamento enzimático)	Sabor (adstringência), cor (antocianinas), descolorações
Metabolismo dos pigmentos (clorofilas, antocianinas, carotenóides)	Cor
Outras rotas do metabolismo secundário	Valor nutritivo, fitonutrientes
Nutrição mineral	Sabor, valor nutritivo, textura (cálcio)

Referências

- Almeida, D.P.F. 2003. A atitude de marketing na produção hortofrutícola. *Vida Rural*, 1690: 9-11
- Almeida, D. P. F. 2004. Elaboração da qualidade de frutas e hortaliças. *Actas do IV Simpósio Ibérico de Maturação e Pós-colheita*, Oeiras, 6 a 9 de Outubro, pp. 27-32
- Beverly, R.B., Latimer, J.G. & Smittle, D.A. 1993. Preharvest, physiological and cultural effects on postharvest quality. In Shewfelt, R.L. & S.E. Prussia (editors). *Postharvest handling. A systems approach*. Academic Press, San Diego, pp. 73-98

Professor Domingos P.F.
Almeida
Faculdade de Ciências da
Universidade do Porto

AGRINOV - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO AGRÍCOLA



A AJAP foi promotora de um projecto ímpar no sector agrícola, cuja coordenação científica esteve a cargo do Professor Miguel Neto - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, resultando na publicação de uma obra única constituída por um vasto conjunto de recursos técnico-pedagógicos, que representa, nas palavras do Presidente da AJAP, Eng.º Firmino Cordeiro, “uma nova era num Mundo globalizado do ensinamento e da aprendizagem agrícola”, designado **“INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO AGRÍCOLA”**.

No âmbito deste projecto, financiado pela Medida 7 do Programa AGRO, e contando com a participação de especialistas nas várias áreas temáticas cobertas, foi construído um conjunto de materiais didácticos em áreas críticas para o sucesso e competitividade das explorações agrícolas: Serviços de

Aconselhamento Agrícola (Boas Condições Agrícolas e Ambientais, Ambiente, Saúde Pública, Saúde e Bem-Estar Animal e Segurança no Trabalho); Inovação e Criação de Novos Negócios; GLOBALGAP; Marketing de Produtos Agrícolas; Comércio Electrónico em Agricultura; Alterações Climáticas e Agricultura; Agricultura de Precisão; Viticultura de Precisão e Zootecnia de Precisão.

Os vários recursos didácticos produzidos (manuais, diapositivos, vídeos, simuladores, etc.), para além do suporte físico, encontram-se materializados online numa plataforma Web construída especialmente para o efeito, onde se pretendeu explorar o potencial da Web 2.0 e das redes sociais para construir uma comunidade virtual recorrendo, nomeadamente, a wikis temáticos, em que os interessados poderão transformar o resultado do presente projecto

no ponto de partida para um repositório de conhecimento e de partilha de experiência e know-how dinâmico e vivo.

Com a colecção **“INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO AGRÍCOLA”** pretende-se contribuir para a disseminação de conhecimento de áreas da maior relevância para o sucesso das empresas agrícolas nacionais.

Este projecto foi apresentado publicamente no passado dia 9 de Dezembro, no Salão Nobre do Instituto Superior de Agronomia, contando com a presença de ilustres convidados, nomeadamente o Eng.º Tito Rosa, Gestor do Programa Agro e actual Presidente do ICNB, e o Professor Doutor Carlos Noéme, Presidente do ISA

COMUNICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DIREITOS RPU

A formalização da comunicação de transferências de direitos RPU, para a Campanha 2010, decorre desde o dia 2 de Dezembro de 2009 até seis semanas antes do prazo final de entrega das candidaturas de Pedido Único.

A partir da Campanha 2010, no âmbito do projecto iDigital, a recolha das comunicações de transferência de direitos RPU será efectuada on-line através de um formulário único.

O Beneficiário, titular dos direitos, poderá formalizar a sua comunicação

de transferências de direitos RPU junto de qualquer Direcção Regional de Agricultura e Pescas estando também prevista a recolha da comunicação de transferências através de formulários electrónicos de forma desmaterializada e assinada digitalmente.

Para formalizar a comunicação da transferência de direitos de RPU junto de uma Direcção Regional de Agricultura e Pescas deve fazer-se acompanhar dos seguintes documentos obrigatórios consoante a forma como pretende transferir os direitos:

Transferência com terra - temporária: Comprovativos da transferência temporária de terra, com indicação precisa de parcelários e datas.

Transferência com terra - definitiva: Comprovativos da transferência definitiva de terra, com indicação precisa de parcelários e datas.

Herança: Todos os documentos que permitam identificar os herdeiros (Habilitação de Herdeiros).

DECLARAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS DE OVINOS E CAPRINOS (DEOC)

O período de recepção da Declaração das Existências de Ovinos e Caprinos (DEOC) decorre durante o mês de Janeiro de 2010.

Todos os criadores de ovinos e caprinos devem declarar os animais detidos a 31 de Dezembro de 2009.

Os criadores que ainda não possuam o registo no SNIRA – Sistema Nacional de Informação e Registo Animal são

obrigados ao recenseamento da exploração. Caso não procedam à Declaração de Existência a exploração e o detentor em causa perderão o direito de emissão de Guias de Circulação.

Após o registo da DEOC, os criadores devem solicitar a emissão do Registo de Existências e Deslocações (RED) para o ano 2010.

A ausência de DEOC detidos, ou a não

manutenção do RED actualizado, constitui uma contra ordenação punível com coima cujo montante mínimo é de 100 €.

As Declarações podem ser efectuadas nos Postos de Atendimento da AJAP. Para mais informações e esclarecimentos por favor contacte a Sede da AJAP por telefone (21 324 49 70) ou e-mail (ajap@ajap.pt).





INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

UM SABER
DE GERAÇÕES
PARA
PREPARAR
O FUTURO.

PARTICIPE NESTA COLHEITA. OS SEUS DADOS SÃO AS SEMENTES DO FUTURO.

DE NOVEMBRO 2009 A MAIO 2010 COLABORE COM O RECENSEADOR DO INE.
A SUA PARTICIPAÇÃO É DECISIVA E AS RESPOSTAS SÃO CONFIDENCIAIS.

recenseamento
Agrícola 2009

<http://ra09.ine.pt>

POSIÇÃO DO CEJA SOBRE AGRICULTURA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Numa altura em que as Alterações Climáticas estão na ordem do dia e, sendo a agricultura o sector mais afectado por este fenómeno ao mesmo tempo que tem potencial para desempenhar um papel fundamental na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na produção de energias renováveis, o CEJA - Conselho Europeu de Jovens Agricultores tem acompanhado estas discussões tendo chegado a um acordo sobre uma série de propostas de adaptação às alterações climáticas e sua mitigação.

A cooperação do sector agrícola é fundamental no quadro das alterações climáticas, pelo que os pontos de vista dos Jovens Agricultores Europeus devem ser considerados pelos líderes mundiais responsáveis pela implementação de planos de acção neste âmbito. Os Jovens Agricultores Europeus propõem as seguintes medidas para combater as alterações climáticas, que aqui se apresentam resumidamente:

- **Práticas de agricultura inteligente** como mudar a composição da alimentação animal, o uso mais eficiente da água, o sequestro de carbono, a rotação de culturas e mobilização reduzida da terra, a adaptação de plantações e

épocas de sementeira, a melhor gestão dos chorumes, estrume e stocks de fertilizantes assim como a monitorização de pragas e doenças pode contribuir para resolver as preocupações de adaptação e mitigação;

- **Alterar a gestão de crises para as práticas de gestão de risco**, tais como sistemas de alerta precoce e de iniciativas de sensibilização;

- **Ferramentas facilmente acessíveis** para promover a adaptação e as capacidades de mitigação;

- **Agricultores alvo para a divulgação de informações sobre alterações climáticas**, fazendo estudos-chave de fácil acesso e **comunicações científicas e técnicas de dados sobre alterações climáticas de forma clara e compreensível**;

- A prestação de serviços de **consultoria sobre alterações climáticas e de formação profissional para os agricultores**;

- **Investigação e desenvolvimento sobre alterações climáticas e agricultura** e renovação de parcerias entre institutos de investigação, indústria, sector privado e agricultores;

- **Apoio financeiro**, tal como a provisão de **recursos financeiros adicionais** para adaptação e mitigação (também fora do orçamento da PAC) e **ajuda para projectos de energia limpa**, tais como a instalação de biogás e a produção de energia renovável;

- Um **quadro legislativo seguro** que garanta investimentos em grande escala para as alterações climáticas.

O CEJA acredita que o sector agrícola é fundamental para qualquer acordo global sobre alterações climáticas, pelas razões já expostas.

A especificidade do sector agrícola, no qual as emissões de GEE são principalmente resultado de processos biológicos que ocorrem naturalmente, em oposição a práticas de gestão, deve ser tida em conta de modo a não penalizar os agricultores por factores que estão largamente além de seu controle.

Neste sentido, os Jovens Agricultores Europeus entendem ser essencial adoptar soluções sob medida para a adaptação e mitigação das alterações climáticas e evitar abordagens generalizadas.



PRODER

Portaria n.º 1268/2009. D.R. n.º 201, Série I de 2009-10-16
Aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 2.2.3.1, «Componente Vegetal», da acção n.º 2.2.3, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos», da medida n.º 2.2, «Valorização dos modos de produção», do subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente, abreviadamente designado por PRODER

Portaria n.º 1162/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02
Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, aprovado pela Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio

Portaria n.º 1141/2009. D.R. n.º 191, Série I de 2009-10-01
Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.6.1., «Desenvolvimento do Regadio», aprovado pela Portaria n.º 964/2008, de 28 de Agosto

Portaria n.º 1037/2009. D.R. n.º 177, Série I de 2009-09-11
Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.6.5, «Projectos Estruturantes», no âmbito da medida n.º 1.6, «Regadio e outras infra-estruturas colectivas», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PRODER

AJUDAS

Despacho normativo n.º 35/2009. D.R. n.º 199, Série II de 2009-10-14
Aplicação da modulação voluntária para 2009

Portaria n.º 1154/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02
Altera o prazo de apresentação e decisão das candidaturas ao regime de apoio à reestruturação e reconversão da vinha para a campanha de 2009-2010, previsto no artigo 3.º da Portaria n.º 743/2009, de 10 de Julho

Despacho normativo n.º 34/2009. D.R. n.º 190, Série II de 2009-09-30
Alteração do despacho normativo n.º 25-A/2009, de 14 de Julho, sobre candidaturas

Despacho n.º 20260/2009. D.R. n.º 174, Série II de 2009-09-08
Crédito ao abrigo do Programa de Financiamento e Arrendários Rurais (PAR)

Decreto-Lei n.º 218/2009. D.R. n.º 173, Série I de 2009-09-07
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2009, de 31 de Março, que cria uma linha de crédito, com juros bonificados, dirigida às empresas do sector agrícola e pecuário e do sector florestal e às agro-indústrias

VITIVINICULTURA

Portaria n.º 1186/2009. D.R. n.º 194, Série I de 2009-10-07
Compete à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) assegurar a verificação das aguardentes preparadas com base em destilados de produtos vinhos, sem direito a denominação de origem ou indicação geográfica

PECUÁRIA

Despacho n.º 24281/2009. D.R. n.º 214, Série II de 2009-11-04
Emissão de 2.ª via de passaporte de bovinos

Portaria n.º 1246/2009. D.R. n.º 198, Série I de 2009-10-13
Fixa as taxas devidas pelos requerentes pelos actos prestados pela Direcção-Geral de Veterinária (DGV) no âmbito dos procedimentos de declaração prévia, de autorização prévia e respectivas alterações, para os centros de atendimentos médico-veterinários (CAMV)

Decreto-Lei n.º 316/2009. D.R. n.º 210, Série I de 2009-10-29
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho, que criou o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, que estabeleceu o regime jurídico do exercício da actividade pecuária

Despacho n.º 21384/2009. D.R. n.º 185, Série II de 2009-09-23
Alteração ao despacho n.º 7337/2009 - vacinação da língua azul

Despacho (extracto) n.º 20417/2009. D.R. n.º 176, Série II de 2009-09-10
Avisos prévios online - informação à DGV da chegada dos produtos provenientes de outro Estado membro

Despacho n.º 19740/2009. D.R. n.º 167, Série II de 2009-08-28
Aprova a tabela de emolumentos nos termos do n.º 12 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho

DIVERSOS

Despacho n.º 27294/2009. D.R. n.º 245, Série II de 2009-12-21
Revogação do despacho n.º 299/2002 (lagares de azeite)

Aviso n.º 22320/2009. D.R. n.º 240, Série II de 2009-12-14
Autorização temporária para utilização de alimentos não biológicos para animais por operadores em modo de produção biológico localizados nos distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, em virtude de perdas de produção forrageira por ocorrência de situações meteorológicas excepcionais e incêndios

Despacho n.º 25484/2009. D.R. n.º 226, Série II de 2009-11-20
Derrogações às normas de higiene para a preparação, embalagem e acondicionamento de queijos

Decreto-Lei n.º 294/2009. D.R. n.º 198, Série I de 2009-10-13
No uso da autorização concedida pela Lei n.º 80/2009, de 14 de Agosto, estabelece o novo regime do arrendamento rural

Decreto-Lei n.º 276/2009. D.R. n.º 192, Série I de 2009-10-02
Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correcta utilização, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de Junho

Decreto-Lei n.º 256/2009. D.R. n.º 186, Série I de 2009-09-24
Estabelece os princípios e orientações para a prática da protecção integrada e produção integrada, bem como o regime das normas técnicas aplicáveis à protecção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, e cria, igualmente, um regime de reconhecimento de técnicos em protecção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, no âmbito da produção agrícola primária, e revoga o Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho



**A QUALIDADE É
A NOSSA
PRIORIDADE**

Nufarm Portugal, Lda.
Praça de Alvalade, 6 - 5º Esq. - 1700-036 LISBOA
Tel.: 217 998 440 - Fax: 217 942 069
www.nufarm.pt - E-mail: nufarm@pt.nufarm.com

Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 – 2º Andar, 1269-128 Lisboa, Tel: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485-662 Vairão (Mia do Conde), Tel: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural
Av. Batalhão de Caçadores Nove, Nº 265-269 Fração F – Centro Esq.,
4900-341 Viana do Castelo, Tel: 258 843 425
- 4** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro
Rua Dr. Paulo Marcelino, 46, 4840-100 Terras de Bouro, Tel: 253 356 089
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, Nº 615-625, Susão, 4440-633 Valongo,
Tel: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela, 4640-272 Govê (Baião), Tel: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola do Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 384, Ed. Lousador, Loja 1 – 1º,
4620-141 Lousada, Tel: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quinta de Cima – Prazins, 4801-910 Guimarães,
Tel: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890-225 Celorico de Basto,
Tel: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vítorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo,
4600-018 Amarante, Tel: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400 BL. A, Loja 1,
4750-309 Barcelos, Tel: 253 824 543
- 17** Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua da Alegria, Nº 39 - 2º, 5050-256 Peso da Régua,
Tel: 254 322 502
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da
Terra Fria – Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de
Deus, 5300-449 Bragança, Tel: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó,
Tel: 259 950 532
- 22** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em
Rebordelo
Av. do Brasil, Nº 8, 1º, 5335-102 Rebordelo,
Tel: 278 369 348
- 23** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em
Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200-204 Mogadouro,
Tel: 279 341 650
- 24** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte – 2º, Esc. 2,
5340-268 Macedo de Cavaleiros, Tel: 278 425 756
- 25** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350-005 Alfândega da Fé,
Tel: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, Nº 287, 5350-001
Alfândega da Fé, Tel: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó, Tel: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Praça da República, 18 – 1º, 5110-127 Armamar, Tel: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vilalva, Loja EO,
5000-586 Vila Real, Tel: 259 372 893
- 31** Gabinete de Apoio Agrícola
Rua do Tribunal, Lote 6, R/C Dto., 5340-198 Macedo de Cavaleiros,
Tel: 278 425 582
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translance 2º, Esc. 12,
5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Valpaços
Largo da Feira, Ed. Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
Rua Fonte do Paço, Ed. Translance, R/C, Lj. 33,
5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54,
3781-541 Tâmega, Tel: 231 525 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520-061 Nelas, Tel: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240-673 Santiago da Guarda, Tel: 236 679 037
- 41** Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Manuel L. Ferreira, Lt. 12,
3450-232 Mortágua, Tel: 231 927 470
- 42** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780-563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gab. de Coordenação Reg. do Ribatejo e Oeste
Largo Padre Francisco Nunes da Silva, Nº 3, R/C, 2000-
134 Santarém, Tel: 243 371 222
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, Nº 50,
2525-814 Serra d'El Rei, Tel: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto.,
2200-281 Abrantes, Tel: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Estrada Nacional Nº 114 - 3, Nº 918 - B,
2120-209 Foros de Salvaterra, Tel: 263 501 500
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580-377 Alenquer,
Tel: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940-104 Cuba,
Tel: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Mértola
Casal Ventoso, Lote 1-9, 7750 Mértola, Tel: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, Nº 13, 7470-230 Sousel, Tel: 268 551 458
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Borba
Rua Convento das Servas, 7150-164 Borba, Tel: 268 841 547
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas,
8005-496 Estoi, Tel: 289 994 515
- 63** FRUSOAL – Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela,
Tel: 281 950 400
- 64** TAIPA – Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho
de Odemira, CRL
Travessa do Botequim, Nº 6, 7631-909 Odemira, Tel: 283 320 020
- 65** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ferreira do Alentejo
Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 7900-562 Ferreira do Alentejo
- 66** Associação dos Jovens Agricultores do Interior Centro
Av. Heróis de Castelo Rodrigo, Ed. do Ninho de Empresas,
6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel: 271 313 250
- 67** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sendim
Rua do Baiunco, Nº 6 – 2º, 5225-100 Sendim
- 68** Associação de Fruticultores da Beira Távora
Central da Camionagem, 3620-308 Moimenta da Beira,
Tel: 254 583 771
- 69** AJAMINHO
Mercado Municipal, Loja 30, 4990-102 Ponte de Lima

